

## O eterno presente do utopismo

### 1 – Uma aproximação idealista ao utopismo: utopia como um estado mental

No vasto e sempre crescente domínio dos "utopian studies" e no elenco dos seus engenhosos e úteis glossários, o termo utopismo designa uma discreta corrente do pensamento que está na origem e permeia configurações diferentes do agir e modalidades várias do conhecimento, desde a actividade sócio-política à expressão simbólica-cultural, passando pela criação literária com as suas profusas variações no padrão textual estabelecido por Thomas More. Na sua *History of Utopian Thought*, publicada em 1922, Joyce Oramel Hertzler definiu utopismo como "the role of the conscious human will in suggesting a trend of development for society, or the unconscious alignment of society in conformity with some definite ideal" (1922, 268). Hertzler foi provavelmente o primeiro historiador de ideias no século XX a estudar a utopia recorrendo a um princípio universal radical ou a priori procedente de uma base antropológica, um princípio que foi posteriormente nomeado pelos estudiosos e por ensaístas mediante diferentes formulações: "utopian spirit", "utopian mode", "utopian propensity", "utopian function", etc. Hertzler, no epílogo da sua longa narrativa, (concebida numa perspectiva histórica-cronológica e compreendendo uma análise crítica das utopias sociais), ao sintetizar a vasta e heterogénea descrição de todas as modalidades que ele considerou como sendo ilustrativas de diferentes estádios e de diferentes realizações do pensamento utópico, muito simplesmente declara que "after all Utopia is not a social state, it is state of mind" (1922, p.314). Esta afirmação de tipo quase axiomático, reinterpretando o conceito de utopia numa base ontológica, não deixa de ter ressonâncias filosóficas e implicações teóricas, algumas das quais gostaríamos de inventariar nesta comunicação. Ao dar ênfase ao papel da mente como o factor determinante de um princípio último e geral de explicação da fenomenologia da utopia, Hertzler está ao fim ao cabo a revisitar a tese capital que sustenta e configurara uma longa e ilustre tradição filosófica do mundo ocidental, comumente designada por idealismo. Idêntica aproximação à fenomenologia da utopia é também detectável, embora menos explicitamente, na obra *Paths in Utopia* do filósofo Martin Buber. Nesta obra filosófica, publicada originalmente em hebraico em 1946 e traduzida três anos depois para a língua inglesa, Buber, ao reflectir nas duas principais perspectivas ou "camminhos" condutores da vontade humana para a realização de um momento último de justiça (o caminho ou anseio escatológico-religioso e expectante do "perfect time" e o caminho ou anseio social utópico para a construção do "perfect

space") comunica o seguinte juízo de feição idealista: "for Utopia everything is subordinated to conscious human will, indeed we can characterize it outright as a picture of society designed as though there were no other factors at work than conscious human will"<sup>1</sup> (BUBER 1949, 8)

Mas não foram unicamente o scholar e o filósofo que, mediante diferentes perspectivas teóricas e malgrado a disparidade do alinhamento dos seus respectivos argumentos, acabaram por coincidir na afirmação desta abordagem idealista. Em 1929, o sociólogo Karl Mannheim publicou a sua primeira edição, em língua alemã, de *Ideology and Utopia* traduzida para o inglês em 1936. Neste livro, cujo principal objectivo é o de facultar um quadro teórico para a fundamentação de uma sociologia do conhecimento, Mannheim também estabelece um nexó entre a utopia e diferentes estados mentais. Aí, ele procura estabelecer uma tipologia das utopias, articulando as suas diferentes formas segundo uma quádrupla classificação da mentalidade utópica (chiliástica, liberal-humanista, conservadora e socialista-comunista. Antes, porém, de avançar com esta proposta, Mannheim discute, numa perspectiva histórica e filosófica, a formação do "global concept of ideology" de maneira a contrastá-lo com o conceito de utopia. Mannheim declara que, muito embora as ideologias e utopias ocupem diferentes funções sociais (a ideologia operando como dispositivos de classe sob a forma de conjuntos de ideias, pensamento e crenças a fim de perpetuar uma dada ordem social, e a utopia operando como dispositivos de configuração de ideias de outras classes, em geral em situação socialmente dominada, com vista à transformação dessa ordem), ambas têm uma origem ideal. Ambas são "incongruentes" com as situações materiais da vida e, além disso, ambas têm um conteúdo ideal, uma vez que se sobrepõem à estrutura empírica da realidade ao comportarem em si discretos e opostos conjuntos de representações da sociedade e do mundo em geral. Na perspectiva de Mannheim, a concepção filosófica idealista do mundo, cujos fundamentos teóricos foram estabelecidos por Kant e posteriormente por uma constelação de pensadores alemães, incluindo Hegel, foi crucial para a formação do conceito de ideologia e, por extensão, para a formação do conceito de utopia.

Desejaríamos acentuar a importância da teoria idealista do conhecimento como chave para a compreensão do utopismo como "state of mind". De facto, esta teoria encara o mundo fenoménico como desprovido de auto-existência, uma vez que a sua "aparição" depende da contínua participação da mente perceptiva, designada por "sujeito do conhecimento" que é, em conformidade com um dos mais destacados representantes do idealismo alemão, Arthur Schopenhauer, um termo gnosiológico definidor da condição da possibilidade geral de se conhecer o mundo. Isto significa que, para a filosofia idealista, o mundo é um fenómeno mental governado por determinações espaço-temporais e por categorias lógicas, as designadas formas *a priori* do conhecimento, inerentes aos processamentos mentais mediante os quais o mundo é dado a

---

<sup>1</sup> Sublinhado nosso

perceber e a conhecer. Mannheim encara a emergência desta corrente filosófica como o primeiro passo histórico e doutrinal dado na formação do conceito de ideologia: "After the objective ontological unity of the world had been demolished, the attempt was made to substitute for it a unity imposed by the perceiving subject. [...] Henceforth the world as "world" exists only with reference to the knowing mind, and the mental activity of the subject determines the form in which the world appears" (MANNHEIM 1960, 58). Isto significa que, para os chamados filósofos idealistas, a realidade dada é sempre condicionada pela actividade do sujeito do conhecimento; por isso, para eles (e estamos apenas a referir-nos aos filósofos pós-kantianos cujas doutrinas variam na extensão da importância que atribuem à actividade mental na sua interacção com o mundo material) idealizar não significa embelezar ou aperfeiçoar, mas tornar presente (re-presentar) o mundo através da mediação de ideias e imagens processadas pelo sujeito do conhecimento. Neste sentido, e de acordo com esta teoria, poder-se-ia afirmar que a utopia mais não é do que uma outra ideia ou imagem acoplada a um mundo feito de, e conhecido por, ideias e imagens (representações mentais) com a diferença de que as ideias utópicas não têm qualquer tipo de correspondência com a realidade empiricamente percebida. Utilizando a expressão de Mannheim, a utopia não é apenas "incongruente com", mas "transcende" a realidade.

Esta interdependência entre o sujeito e o objecto, postulada pelos filósofos idealistas, (embora prefigurada pelo idealismo de Berkeley e pelo racionalismo de Descartes), esta interacção entre a vontade consciente ou mente e o mundo material ou mundo objectivo pode ser encarada como tendo uma ilustração narrativa ou correspondência ficcional no nome dada à sociedade ideal visitada por Raphael Hythloday, o navegador português a quem Thomas More atribui o papel de descobridor e descritor da ilha da Utopia. De acordo com Hittlodeu, a palavra "Utopia" derivou onomasticamente de Utopus, isto é do rei ou legislador-filósofo responsável pela fundação constitucional da harmonia social e da justiça entre os utopianos. Neste sentido, Utopia, o objecto ideal social, é muito simplesmente a construção ou concepção mental do seu inventor Utopus, o qual, de acordo com a nossa interpretação, é uma personificação ficcional do indeterminado sujeito do conhecimento. Esta contiguidade de, e esta interdependência entre sujeito e objecto, entre as duas instâncias ou partes do processo de conhecimento ou idealização, é passível de ser também detectada na teoria do conhecimento de Platão, em concreto em *A República*. Uma das principais fontes de inspiração da "fruteful, pleasant and wittie work"<sup>2</sup> de More, *A República* é também encarada, tanto na história das ideias políticas como na história do pensamento utópico, como o primeiro exemplo de um modelo de sociedade utópica. Na perspectiva de Platão, a sociedade ideal será aquela na qual prevalecerá a justiça, um objectivo que apenas pode ser alcançado mediante uma perfeita correspondência entre o sujeito (a alma humana) e o objecto (a cidade). Uma vez que

para Platão o objecto fundamental da política e o seu princípio determinante é o da justiça, ele toma a sua concreção como concomitante da realização da harmonia, tanto na perspectiva ontológica individual do cidadão como na sociológica colectiva da cidade. Neste sentido, a sociedade platónica ideal seria aquela em que a característica dominante da tripla constituição da alma individual (da sabedoria, coragem e temperança) estaria subordinada ao interesse e serviço da cidade, mediante a sua apropriada e correspondente integração numa das três classes da ordem colectiva (magistrados, guerreiros e artesãos). A mesma harmonia ou justiça prevalecente na distribuição hierárquica das funções entre *nous*, *thumas* e *epithumia*, os três agregados da alma, deveriam também prevalecer na distribuição hierárquica das funções de *governo*, *defesa* e *trabalho* atribuídas às três classes constituintes do corpo social. Ao estabelecer uma analogia entre as componentes da alma e as componentes da sociedade, numa equivalência entre alma e cidade, Platão pôde inferir que o mundo social exterior e objectivo era uma mera extensão da natureza interior e subjectiva do homem, que a cidade ideal dependia da orientação ideal e da integração da qualidade da alma dos seus cidadãos, e que a República era uma emanação colectiva mental governada pela sabedoria dos seus filósofos. "So there will be no difference between a just man and a just city, so far as the characteristic of justice goes" (PLATO 1955, 185)

## **2 – Uma aproximação esperançosa ao utopismo: utopia como um estado temporal**

Sendo originalmente uma projecção ou criação mental, a utopia está, portanto, paradoxalmente omnipresente mediante as suas múltiplas séries de possibilidades formais e funcionais as quais operam como dispositivos alternativos às situações historicamente representadas como necessárias. O vasto espectro de possibilidades (sociais, técnico-científicas, arquitectónicas, médicas, geográficas, artísticas, etc.) foram recenseadas, estudadas e definidas sob a designação "contornos de um mundo melhor" pelo filósofo alemão Ernst Bloch no segundo volume do seu *Princípio Esperança*, publicado na sua versão final em 1959, e traduzido para inglês em 1986.

De acordo com Bloch, o primordial e rudimentar, às vezes mesmo frívolo, conteúdo daquele princípio (esperança), que em si é o princípio da consciência utópica transformadora, é o sonho acordado o qual "posits all the figures of venturing beyond, from the noble robber to Faust, all the wishful situations and wishful landscapes, from the aurora in oil to the symbolic circles of the Paradiso" (BLOCH 1986, Vol I, 94). Paralelamente à sua doutrinal, embora heterodoxa visão marxista do mundo, a dimensão idealista da filosofia de Bloch pode ser rastreada a uma teoria do conhecimento que reconhece a actividade mental como uma condição determinante na

---

<sup>2</sup> Estes adjectivos integram o enunciado do título da primeira versão em língua inglesa da Utopia, traduzida do

representação do mundo empírico. De facto, quando Bloch estabelece o contraste entre a natureza do sonho nocturno com a do sonho diurno, considerando este último como o núcleo essencial do princípio da esperança ou do anseio utópico de aperfeiçoamento do mundo, ele parece subscrever o juízo de Schopenhauer de que "the same brain-function that conjures up during sleep a perfectly objective, perceptible, and indeed palpable world must have just as large a share in the presentation of the objective world of wakefulness" (Schopenhauer, 1966, Vol II, 4). Este mundo de vigília, em parte processado pela função do cérebro, é o mesmo mundo histórico e fenoménico que, nas palavras de Bloch, poder ser sonhado diurnamente com outros pressupostos e outras possibilidades; é o mundo material sobre o qual a função idealizante do cérebro pode operar substituindo-o por ou acoplando-lhe alternativos mundos mentais. As configurações destes lugares ideais e muitas vezes geograficamente ilocalizáveis no espaço requerem no entanto que eles sejam localizados no tempo, podendo em consequência assumir três distintas formas: (i) podem ser sincrónicos com o tempo histórico de uma dada formação social (por exemplo, a ilha da Utopia de More como contraponto à sociedade Tudor); (ii) podem ser nostalgicamente situados num locus amœnus (neste caso, a idealização tende a sonhar a restauração da unidade primordial entre o homem e a natureza, uma construção ideal que não pode ser rigorosamente definida como sendo utópica mas eutópica, para relembrar uma útil e produtiva distinção enunciada no próprio livro de Thomas More<sup>3</sup>); (iii) podem ser projectados num indeterminado futuro (por exemplo, as *News from Nowhere* de William Morris como ilustração de uma sociedade pastoral e comunista do século XX simetricamente oposta à sociedade industrial e capitalista Britânica do século XXI).

É claro que a função social e a viabilidade do pensamento utópico não devem ser confundidas com obras literárias, mesmo se estas exprimem o conteúdo de um programa político ou a vontade de um grupo social, muito menos com o subjectivo wishful thinking (tal como Mannheim faz notar, não há pensamento singular mas apenas participação num pensamento colectivo de grupo). Mas a nossa intenção aqui não é examinar as diferentes formas, definições e conceptualizações da representação utópica do mundo, desejamos simplesmente destacar os seus mecanismos básicos antropológicos e reconhecer que a utopia, sendo "um estado mental", é também um estado temporal, na medida em que as suas manifestações ramificam-se em passadas, presentes e futuras idealizações. Ora uma vez que a utopia deriva da vontade de aperfeiçoar e de viver uma vida com mais qualidade, ela é, consequentemente, um estado de

---

latim por Ralph Robinson em 1551.

<sup>3</sup> A primeira edição da Utopia em língua inglesa inclui como apêndice quatro poemas paródicos escritos na "Utopian tongue". Um deles é da autoria de Anemolius, o suposto poeta laureado do "best state of a publike weale". Os dois últimos versos rezam assim: "Wherefore not Utopie, but rather rightely / My name is Eutopie: A place of felicitie" (More, 1927, 167).

consciência direccionada para a representação do estado efectivo e actual do mundo. A sua dimensão temporal assegura portanto a sua ubiquidade, mas não a sua eternidade, uma vez que a eternidade é, por definição, uma transcendência do conceito de tempo. Isto conduz-nos à questão contida no título desta comunicação: donde, portanto, o eterno presente do utopismo?

### **3 – Uma aproximação idealista e esperançosa ao utopismo; a utopia como a face do nosso desejo.**

Procuraremos responder à questão acima mencionada no quadro da corrente da filosofia idealista e das suas conexões com o pensamento de Bloch e da classificação da utopia. De maneira a fazê-lo, temos de regressar a Schopenhauer (um tipo de pensador bastante anti-utópico, mas bastante útil para a construção do nosso argumento) para lembrar que todo o seu sistema de pensamento se baseia na distinção kantiana entre fenómeno e coisa em si, isto é, entre o mundo tal qual é processado pela actividade mental (o mundo da representação dos fenómenos) e o mundo em si, independente e exterior à percepção mental, isto é fora do seu domínio de acção. Não sendo determinado por nenhuma forma de actividade mental, a coisa em si é, de acordo com esta doutrina, a incognoscível, indivisível e única essência do mundo. No entanto, Schopenhauer, sustentou que a sua filosofia contribuíra para a desocultação deste enigma ao revelar, a partir das premissas do seu sistema filosófico, que a coisa em si é a vontade, uma ininteligível e indivisível vontade em si que se manifesta no mundo através da mediação da nossa percepção mental.

No sistema monista de Schopenhauer, a vontade una e essencial, quando submetida às condições de espaço e tempo, que são inerentes (que são dadas a priori) à actividade mental, torna-se manifesta e é percebida sob a forma de infinitos fenómenos; ela, a vontade essencial, permeia todos os fenómenos que constituem os diferentes modalidades ou dimensões do mundo empírico – inorgânico, vegetal, animal, inteligente. Além disso, o mundo empírico, determinado pela actividade mental, é um mundo temporal sem fim que, no entanto, deve coexistir com um presente inapreensível, cuja propriedade é de ser idêntico em todas as direcções do tempo, um eterno presente não cronológico, designado pelos escolásticos por *Nunc Stans*. "There is only one present, and this always exists: for it is the sole form of the actual existence", afirma Schopenhauer (1966, Vol II, 480), acrescentando que "the impossibility of directly recognizing this identity is just time, a form and limitation of our intellect" (479). Isto sucede porque o intelecto é incapaz de sondar a natureza última e indestrutível das coisas, de sondar a vontade em si; o intelecto apenas logra perceber a natureza fenoménica e percívvel das manifestações da vontade essencial.

Contrastando com Schopenhauer, a filosofia de Bloch não exclui a possibilidade de o homem vir a conhecer, por meio de uma revelação teleológica, a coisa em si "as the face of our

own will" (BLOCH, 197, 333), isto é, como a vontade última humana, dirigida para a não-ainda conhecida utopia final do Summum Bonum. Por outro lado, aquilo que é designado por Schopenhauer como o eterno presente (um correlativo da essência volitiva do mundo que permanece exterior à consciência do tempo), Bloch designa-o por eterno agora, um indeterminado e vazio agora, que parece pulsar nos interstícios do tempo. Bloch designa-o por "darkness of the lived moment" (Dunkel des gelebten Augenblick) (BLOCH, 1986, Vol. I, 290-300). Para a complexa ontologia de Bloch, este negro e vazio momento vivido parece ser não apenas a fonte pura do tempo cósmico e histórico, renovando-se permanentemente no seu começo, mas também um não ainda tempo realizado, fluindo permanentemente em direcção à sua completa realização num estádio cósmico final. Por outras palavras, "a escuridão do momento vivido" é um grão de eternidade no seio do tempo. "The Now of the existere, which drives everything and in which everything drives, is the most inexperienced thing that there is; it still drives continually under the world: it constitutes the realizing aspect which has least realized itself – an active moment – darkness of itself." (BLOCH, 1986, Vol I, 293). Este obscuro e enigmático *Agora* é dado a um nível subjectivo, mas mantém uma ligação ao indeterminado ou inapreensível núcleo da realidade objectiva. Este agora mais próximo que sustenta a experiência da vida, na medida em que muito simplesmente constitui a mais imediata de todas as percepções é, paradoxalmente, também o instante menos perceptível. Ele está velado pela obscuridade do momento vivido. Bloch recorre a várias metáforas para explicar esta obscuridade. Por exemplo, evoca o ditado de que "there is no light at the foot of the lighthouse" (BLOCH, 1986, Vol I, 295), e faz uso da analogia da pintura de paisagens para relacionar a indeterminada natureza do tempo (o primeiro plano do Agora / the Now foreground) com a indefinição do espaço (o primeiro plano do Aqui/ the Here foreground). A este propósito, Bloch pergunta-se sobre a determinação do ponto de começo mais imediato da paisagem que é retratada pelo pintor num quadro paisagista. O pintor não se pinta a si mesmo, "although he is also immediately located in the landscape, as the innermost ring of the Immediate [...]. The portrayed landscape therefore does not only begin, as is obvious, outside the painter who is painting it, but also beyond the still diffuse objects of his nearer environment." (Bloch, 1986, Vol I 296).

Em conformidade com o pensamento de Bloch, pode-se assim concluir que, em cada instante vivido, no mais próximo e no mais imediato núcleo do tempo, na proximidade mais próxima do lugar, não há tempo, não há lugar, há um vazio, um não-tempo (uma ucronia), um não lugar (uma utopia) que condicionam e sustentam as determinações formais e concretas do tempo e do espaço, respectivamente. Assim como em qualquer partícula material há um germe de infinito, assim em cada instante há um vestígio de eternidade e um eterno começar: em todo o *Agora* há um vazio original e uma totalidade potencial final.

No quadro desta filosofia da esperança orientada para a função redentora da dimensão temporal do futuro (como se o futuro comportasse necessariamente a libertação final da humanidade) não é de admirar que Bloch tenha reflectido sobre as categorias de "Frente", do "Novo", do "Último", do "Possível", mas já é bastante mais surpreendente que ele tenha eleito as categorias do *Aqui* e *Agora*, tomando-as como categorias centrais da utopia. Porém, fá-lo, subsumindo ou reenviando a qualidade prospectiva da consciência utópica à consciência reveladora do *Agora* do momento vivido. "In other words", diz-nos Bloch, "we need the most powerful telescope, in order to penetrate precisely the nearest nearness. Namely, the most immediate immediacy, in which the core of self-location and being here still lies, in which at the same time the whole knot of the world-secret is to be found." (Bloch, 1986, Vol I, 12)

Na realidade, Bloch parece admitir que é mediante uma apreensão excepcional deste mais imediato *Agora*, que não pode ser experimentado na habitual percepção do fluxo temporal (a apreensão daquilo que ele designa por *Unum necessarium*, ou o sentido da necessária unidade de tudo), que "ultimate utopian state" pode ser de facto realizado. Bloch define esse estado como "a meeting place of highly ramified mediations between past and future in the midst of the unsighted Now. A sudden, not historically horizontal, but vertically striking light [that] falls on immediacy so that it almost appears to be mediated, though without ceasing to be immediate or overclose nearness". (BLOCH 1986, Vol. I, p.294)

Mas qual é a qualidade real destes momentos? De acordo com Bloch, estes são momentos cuja absoluta presença e cuja revelação do enigma do ser (da coisa em si) se caracterizam por uma mediação não-mental, prefigurando a consumação do tempo e da história, transcendendo o em si, a mente, o tempo e o espaço. Na perspectiva de Bloch, a penetração da escuridão do momento vivido, envolve, conseqüentemente, uma espécie de transformação ontológica; é uma espécie de experiência epifânica, puramente imanente à estrutura do mundo, na qual tudo é visto como realmente é. Nesta medida, estar verdadeiramente aqui e agora é paradoxalmente a mais utópica e ucrónica das experiências, uma vez que este hic e este nunc não têm fronteiras espaço-temporais. Na sua imediatez mais imediata, o presente utopiano-ucroniano, na interpretação que fazemos do pensamento de Bloch é, respectivamente, (i) uma espécie de reverberação no momento presente quer do instante genesíaco alpha quer do momento redentor ómega, (ii) o não-lugar que sustenta todos os lugares, (iii) um não-tempo, o agora que sustenta todos os tempos, (iv) o espaço vazio em que tudo tem lugar e plenamente é, (v) a realização de um *carpe diem* integral resultante da apreensão do sentido da unidade do todo universal.

#### **4 – Uma aproximação quiliástica, ficcional e real ao utopismo: a utopia como esta de absoluta consciência do Agora.**

Estas difíceis, mas fascinantes, considerações de Bloch sobre a condição utópica final, a par da imperceptibilidade do eterno agora, têm menos a ver com uma sociologia do que com uma ontologia da utopia. No entanto, elas têm uma correspondência com a caracterização feita por Mannheim do quiliasmo, "the most extreme form of the utopian mentality" (MANNHEIM 1960, 191). Quiliasmo deriva o seu sentido de quilíade (khilias é a palavra grega latinizada que significa mil) e designa a edificação do reino próspero de 1000 anos governado directamente por Jesus Cristo, tal como foi profetizado no Evangelho segundo S. João. De acordo com Mannheim, esta mentalidade utópica teve a sua primeira aparição histórica após o colapso das estruturas ideológicas medievais, no século XVI, quando a seita cristã dos Anabaptistas e a sua figura de proa Thomas Münzer tomou conta do movimento camponês revolucionário alemão. Tornou-se a designação geral para definir o estado mental associado com a euforia revolucionária e no qual o tempo é percebido como tendo sido invadido por um sentido de eternidade. "For the real Chiliast", escreve Mannheim, "the present becomes the breach through which what was previously inward bursts out suddenly, takes hold of the outer world and transforms it", acrescentando que, "what is important for him [the real Chiliast] is that it happened here and now, and that it arose from mundane experience, as a sudden swing over into another kind of experience" (MANNHEIM, 1960, 193-5).

Provavelmente a melhor ilustração ficcional do eterno presente do utopismo associado com a aporia do aqui e agora seja o último romance de Aldous Huxley, *Island*, publicado em 1962. Escrito na tradição do género literário da utopia, a sua acção decorre na oriental, mas não cartografada, ilha de Pala. Os cidadãos de Pala, tendo alcançado um elevado nível de consciência social baseado num profundo respeito para com a vida em si, eram convidados a participar livremente num contínuo e amplo programa educativo, concebido com o objectivo último de alargarem o seu campo de consciência e de transcenderem a sua egotística percepção do mundo. Algumas das técnicas utilizadas neste programa eram orientadas pelos chamados "reality revealers", pedagogos experientes cuja função era fazer despertar as mentes dos seus concidadãos para a imediata realidade da sua condição presente. A narrativa inicia-se com o aviso "Attention! Attention!" emitida pela voz roufenha de um pássaro, espécie de papagaio ou gralha, uma das muitas que povoavam a ilha e que haviam sido treinadas (não sem um certo sentido de humor) para produzir essa exortação. O objectivo do palreio destes pássaros visava levar as desatentas mentes humanas a saírem do seu estado de dispersão e de congestionamento intelectual para regressarem à plena consciência da multidimensional riqueza da sua situação presente. Esse simples apelo dirigido à atenção adquire, contudo, um significado estratégico no desenrolar da história, uma vez que se constitui num dos seus principais lugares temáticos, o da demonstração dos efeitos práticos do referido programa de treino mental. Este orientava-se para uma espécie de acordar individual e colectivo dos cidadãos de Pala, para uma purificação dos seus ilusórios e enevoados estados de consciência e das suas motivações egocêntricas. Uma vez

libertados dos seus hábitos e modos de estar (e de ver) condicionados pelo tempo, eles estariam aptos a perceberem o seu mundo interior fundido com o exterior tal qual este aparecia-lhes na claridade (e não na obscuridade, parafraseando a expressão filosófica de Bloch) do seu momento vivido. No último capítulo, ocorre uma longa descrição do despertar para a realidade do presente imediato da personagem principal, o céptico jornalista vindo do mundo ocidental, Will Farnaby. No decurso da sua estadia em Pala, e apesar da sua tenaz resistência, Will acabaria por aprender apreendendo, mediante meios empiricamente verificáveis e não por inculcação ideológica ou conversão religiosa, o sentido transcendente da realidade dada em cada instante. Apenas quando Will se revelou capaz de aceitar as circunstâncias presentes como uma dádiva para além do razoável e do juízo conceptual é que ele se mostrou preparado para se deixar submeter a uma espécie de acordar epifânico. Este ocorrerá sob a forma de uma quase iniciação conduzida por uma personagem feminina, Susila Macphail (a qual personifica a sabedoria do princípio feminino) e com o auxílio de um suporte musical, o quarto concerto Brandeburgo de Johann Sebastian Bach (o qual personifica a sabedoria do original estado de harmonia cósmica). E o que é que ele ouviu?

To begin with, it was no longer he, William Asquith Farnaby, who was hearing it. The Allegro was revealing itself as an element in the great present Event, a manifestation at one remove of the luminous bliss [...]. The Fourth Brandenburg had an intensity of beauty, a depth of intrinsic meaning, incomparably greater than anything he had ever found in the same music when it was his private property. [...] And tonight's Fourth Brandenburg was not merely an unowned Thing in Itself; it was also, in some impossible way, a Present Event with an infinite duration. Or rather (and still more impossibly seeing that it had three movements and was being played at its usual speed) it was without duration. (HUXLEY, 1976, 311-2)

Alguma coisa de essencial parece esconder-se neste presente mais presente, neste mais inapreensível *Agora*, tal como pode ser compreendido a partir da representação simbólica do discurso literário ou a partir do sistemático razoamento filosófico; algo que, proveniente de uma vontade ou aspiração últimas em sondar as profundezas da nossa condição humana, assegura a eterna propensão humana a realizar a utópica categoria do presente. Não propriamente do presente da história, mas do eterno presente da utopia, um presente no qual as "symbol-intentions of the Absolute" (BLOCH 1986, Vol. I, 289) ou "a flash of utopian final state" (1986, Vol I 289), nas expressões de Bloch, podem vir a ser percebidos, expressões ou avatares da nossa vontade em desejar o "highest good" (1986, Vol I, 305). A quinta parte do magistral compêndio sobre a filosofia do utopismo de Bloch, *O Princípio Esperança*, facultá-nos um roteiro daqueles "wishful thinking", isto é daquelas experiências humanas que operam como símbolos da realização deste eterno, imperecível e intemporal agora.

Para concluir, diríamos que, no vasto espectro do utopismo, podemos grosseiramente detectar duas discretas tendências: o projecto narrativo (político e sociológico) de aperfeiçoamento

das insuficiências verificadas no plano histórico, sustentado num princípio racional de procura global da justiça, e a poética aspiração (espiritual e ética) do aperfeiçoamento ontológico de si, determinada por um insondável apelo da plena realização do fim da vida. A multiplicidade de padrões do projecto narrativo e a variedade das formas da aspiração poética de aperfeiçoar a sociedade e o em si coincidem na inescapável e perene determinação mental do utopismo. O anseio humano em perseguir um qualquer ideal sócio-ontológico não conhece limites, e pode ocorrer que, na sua aberta indeterminação, o objecto desse ideal possa não ser projectado na esperança do não-ainda futuro, nem na nostalgia do já-ido-passado: paradoxalmente, pode coincidir com o anseio de querer ocupar, com a mais profunda e ampla consciência de si, a eternidade velada do presente mais presente, o *Agora*, onde repousa o "utopissimum", "the riddle of existence" (BLOCH, 1986, Vol I, p.293), " a zone of silence in the very place where the music is being placed" (BLOCH, 1986, Vol I, p.293).

## **BIBLIOGRAFIA**

BLOCH, Ernst. 1977. *L'Espit de l'Utopie*. Trad. M. Lang, C. Piron-Audar Paris, Gallimard.

BLOCH, Ernst. 1986. *The Principle of Hope*. Vol I. Trad. N. Plaice, S. Plaice, P. Night.. Oxford, Basil Blackwell.

BUBER, Martin. 1946. *Paths in Utopia*. London, Routledge & Kegan Paul.

HERTZLER, Joyce Oramel. 1922. *The History of Utopian Thought*. London, George Allen.

HUXLEY, Aldous. 1976. *Island*. London, Grafton Books.

MANNHEIM, Karl. 1960. *Ideology and Utopia*. Pref. L. Wirth. Trad. L Wirth and E.A Shils. London, Routledge & Kegan Paul.

MORE, Thomas. 1516. (1927). *Utopia*. Ed. E. Arber, Trad. Ralph Robinson. London, Constable and Co.

PLATO. (1955). *The Republic*. Trad. .H.D.P. Lee. Harmondsworth, Penguin.

SCHOPENHAUER, Arthur. (1966). *The World as Will and Representation*. Vol II. Trad.. E.F.J. Payne. New York, Dover Publications.